



ARTIGOS

1968: transgressão, utopia, engajamento

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

*Professora do Departamento de História
da UFMG e da PUC-MG.*

Existem anos na trajetória da humanidade que, por seu impacto conjuntural e estrutural e por sua dinâmica transformadora, são emblemáticos e plenos de significados. Alimentam a História com símbolos e representações, incorporando-se aos seus processos constitutivos, pois ultrapassam e transcendem seu próprio tempo. Esse movimento de transcendência se concretiza através de atualização das heranças dos acontecimentos singulares, como experiências exemplares e inspiradoras, e também como tradução da complexidade dialética do movimentar da própria História.

Nos marcos da história do mundo contemporâneo é imprescindível reafirmar a importância do ano de 1789, que sintetizou um fazer histórico inspirado por valores humanistas, iluministas, constitucionalistas, racionalistas e também de expressiva inspiração liberal democrática.

Cabe também destacar 1848, ingurgitado por especial simbolismo. Aquele distante ano, que sediou o lançamento do Manifesto Comunista, configurou-se como relevante marco de irradiação do ideário socialista no século XIX. O documento, assinado por Karl Marx e Friedrich Engels inaugurou a vasta e profunda produção intelectual dos dois amigos comunistas. Suas páginas apresentaram, à humanidade, os princípios basilares do que se tornaria uma corrente de pensamento inspiradora de revoluções políticas, econômicas e sociais: o marxismo.

No século XX alguns anos também merecem atenção. Entre eles destaca-se 1917, que sediou a Revolução Bolchevique, primeira experiência concreta de implantação de um regime socialista em um país do globo terrestre. As políticas socializantes desenvolvidas na Rússia e, na seqüência, na União Soviética, inspiraram a formação de partidos comunistas em muitos outros

países e, também, influenciaram diferentes experiências históricas, que fizeram do socialismo seu principal objetivo.

Na década de 1920, o mundo ocidental capitalista foi avassalado por uma crise econômica de dimensões e desdobramentos profundos. O capitalismo liberal, enfraquecido, não conseguia atender aos preceitos da auto-regulação. Mercados de exportações e importações entraram em colapso, o que gerou superprodução, inflação e desemprego. O ano síntese desse processo, que difundiu um significativo descrédito em relação ao liberalismo e inflacionou a crença no estatismo, intervencionismo e centralismo, foi 1929.

Na década de 1960 do século passado, 1968 também é considerado um ano emblemático. Traduz a luta por projetos transformadores e revolucionários de diferentes conteúdos e dimensões, que se desdobraram em fortes impactos culturais, políticos, econômicos e civilizatórios.

Sobre esse ano mítico, revolucionário, libertário, transgressor, inspirador de novas estéticas e de novos modos de vida, muito se tem escrito. Alguns textos buscam desconstruir ou minimizar seu impacto e significado, outros procuram compreender a dimensão de sua influência e refletir sobre seu real significado histórico.

As considerações apresentadas pelo presente ensaio consideram não ser exagero identificar 1968 como um ano emblemático, mítico e representativo de um tempo de significativas transformações.

1968: CULTIVAR UTOPIAS, DEFENDER A LIBERDADE

Poucas vezes no decorrer da história da humanidade se sonhou tanto com a liberdade como em 1968. No Brasil e em diferentes países do globo terrestre, padrões conservadores de comportamentos e sistemas políticos autoritários foram criticados e denunciados com vigor em nome de uma causa maior, essencialmente libertária. Os principais sujeitos históricos dessa avalanche de atitudes críticas e transgressoras eram os jovens. Todos ávidos por mudanças. A eles se somaram militantes anti-racistas, feministas, pacifistas. A inserção conjuntural e pública desses personagens na História ganhou dimensões globais e incluiu militantes políticos e também operários. O objetivo nuclear que os aproximava era o de realização, ainda no tempo presente, de horizontes revolucionários, libertários, utópicos.

O conceito de engajamento, muito difundido pelo intelectual francês, Jean Paul Sartre nos anos que se seguiram ao término da segunda guerra mundial, incorporou-se ao vocabulário e à vida de diferentes militâncias. Buscava-se tatuar o significado e a importância do ser livre e engajado em quase tudo: costumes, artes, estética, política, expressão de pensamentos, literatura.

A centelha transformadora transmudou-se em fogaréu e alcançou, embalada por fortes ventos, diferentes regiões e países, tanto no hemisfério norte como no hemisfério sul, tanto no mundo ocidental, como em países do mundo oriental. Duas opções, de certa forma paradoxais, faziam-se presentes naquele tempo:

- A do engajamento à causa da liberdade, com suas diversas cores e significados, pressupunha que a opção por ser livre era também inspirada pelo amor à liberdade em si própria.

- A de adoção de atitudes críticas a práticas militantes dogmáticas que, segundo muitos desses personagens, poderiam disciplinar as pessoas e tolher sua liberdade.

No campo das idéias, o existencialismo tornou-se a grande mania midiática daqueles anos efervescentes, hedonistas e pacifistas, nos quais se consolidaram fortes sentimentos de pertencimento a uma causa superior, Causa, essa, orientada pelas críticas às posturas ortodoxas, luta incansável por justiça social, valorização da fraternidade e cultivo à tolerância. Em decorrência da universalização de muitos desses valores, expressivos intelectuais contemporâneos identificam a década de 1960 como sendo o tempo no qual se gestou a pós-modernidade.

Além do engajamento, valores da transgressão definiram o substrato daquela exuberante década, que se sintetizou no singular e impactante ano de 1968.

A febre de mudança daqueles anos foi avassaladora e pluralista. Inspiramos a buscar na metáfora de uma constelação estelar o que consideramos melhor espelhar as características de um modo de viver que fazia da crítica à homogeneização, à hierarquia, à tradição, ao consumismo e à massificação baluartes de um novo modo de ser e de viver.

Nas imagens que melhor traduzem aquele tempo de fértil imaginação e de efetiva integração de diversos sujeitos históricos à realidade, misturam-se personagens e movimentos.

Portanto, o mosaico dos anos sessenta, com suas diversas cores, pulsações, representações, traços, ações, projetos e utopias, sinteticamente, compõem-se das seguintes presenças no cenário histórico:

- Pacifistas, que se contrapunham à guerra do Vietnã, por eles identificada como paradigma de todo e qualquer conflito bélico que tenha como conseqüências inevitáveis traumas individuais e sociais e perdas violentas de vidas;

- Movimento feminista, que trazia embutido em suas dobras e no conteúdo reformador de suas propostas um horizonte de maior liberdade sexual para as mulheres e de sua efetiva inserção no mundo do trabalho;

- Música, fortemente influenciada pelo rock, que teve nos Beatles, Rolling Stones, Bob Dylan, Mamas and Papas e Joan Baez algumas de suas melhores expressões de engajamento, protesto e esperança renovadora;

- Concílio Vaticano II, que pela liderança de dois papas, João XXIII e Paulo VI, alimentou a Igreja Católica e o catolicismo com a seiva de um fazer transformador, inovador e fundamentado por efetivo e secular compromisso social;

- Manifestações estudantis, que explodiram com vigor e criatividade e, de Paris ao Rio de Janeiro e de Madrid à cidade do México, espalharam-se como rastilho pelo mundo, tornando públicas reivindicações por liberdade política e de costumes, além de críticas ao belicismo e aos autoritarismos de qualquer espécie;

- Movimentos anti-racistas, que tiveram em Martin Luther King sua mais expressiva liderança. Propugnavam a substituição da discriminação racial de qualquer tipo, pela tolerância e respeito para com as diferenças;

- Movimentos operários, que reivindicavam melhores condições de vida, inclusive com redução da jornada semanal de trabalho e com adoção pelas empresas e governos de remuneração salarial digna;

- Movimentos políticos anti-autoritários, que tiveram, na Primavera de Praga, no hemisfério norte, sua melhor e exemplar expressão. Naquele país, Alexandre Dubcek liderou movimento de crítica aos abusos do Pacto de Varsóvia. Destacaram-se, no hemisfério sul, um conjunto de manifestações que, no Brasil, formaram um coro de oposição ao regime autoritário. Com ênfase especial, atentamos para as lutas por retorno à democracia plena, abraçadas por artistas, intelectuais, estudantes, operários, segmentos do clero e da política.

ALGUNS CENÁRIOS DA ESPERANÇA - O MUNDO EM EFERVESCÊNCIA

França: a nação francesa, país eleito como baluarte e símbolo maior das manifestações transgressoras de 1968, viu no mês de maio daquele ano, estudantes e operários ocupar em espaços públicos, em especial os de sua capital, Paris. Montaram barricadas nas ruas e transformaram o cenário da cidade em palco de coloridas manifestações de massa.

Estados Unidos: o movimento *hippie*, os estudantes universitários e muitos artistas amalgamados a outros segmentos pacifistas da população norte americana ocuparam as ruas das principais cidades do país com manifestações que exigiam o fim da guerra no Vietnã e também das políticas de discriminação racial.

Cidade do Vaticano: reunidos em concílio, milhares de bispos, arcebispos e cardeais, sob a liderança papal, pintavam com novas cores, vivas e renovadoras, o futuro do catolicismo. Propuseram inovações profundas nas liturgias das celebrações e na inserção dos católicos em um mundo pluralista e caracterizado por inúmeros e graves problemas, decorrentes de crônicas e crescentes distorções sociais.

Praga: a bela capital da Tescoslováquia, cravada na Europa Oriental e vinculada à influência socialista da União Soviética, clamou por liberdade. Exigiu o fim do autoritarismo e do centralismo da Rússia, que tinham no Pacto de Varsóvia, seu principal instrumento.

Brasil: diferentes setores da população brasileira clamaram pelo fim do governo autoritário, por democracia política, maior justiça social com melhor distribuição de renda, liberdade de expressão, fim dos maus tratos aos presos políticos, direito à livre expressão de pensamento e de reunião, renovação estética das artes, direito à politização de diferentes manifestações culturais, livre organização dos estudantes em grêmios, diretórios, centros acadêmicos e entidades nacionais.

BRASIL - 1968: UTOPIAS CASSADAS

O governo militar que se instalara, de forma arbitrária, no poder no Brasil, no ano de 1964, mesmo tendo reprimido, com contundência, manifestações das oposições às suas orientações, continuou desafiado pela

insatisfação crescente da juventude universitária, de segmentos da classe operária, de setores do clero católico progressista e de importantes políticos.

Em 1968, frente a essas pressões, os governantes que estavam poder decidiram arrochar ainda mais o regime. Em dezembro, lançaram uma pá de cal sobre a esperança de redemocratização em curto prazo. Para alcançar seus objetivos criaram um instrumento eficaz e duro, que restringiu à nulidade, toda e qualquer manifestação pública de crítica política. A edição do Ato Institucional nº 5, pelo Marechal-Presidente Artur da Costa e Silva, suprimiu as liberdades políticas que ainda sobreviviam e levou o Brasil a mergulhar em um dos períodos mais sombrios da sua história.

O ano de 1968 fora especialmente tenso. Passeatas e greves, inspiradas pelas idéias de engajamento político e de defesa da liberdade, levaram milhares de pessoas às ruas.

Em março, no restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro, um jovem estudante morreu em um confronto com a polícia. O Congresso Nacional, através da atuação de jovens políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era o partido legal de oposição, transformou-se no espelho da crescente inquietação da sociedade civil, que testemunhava, impotente, o avanço do autoritarismo e do arbítrio instalados havia quatro anos no país.

Esse crescente ritmo discricionário começara em abril de 1964, logo após a tomada do poder pela coalizão civil-militar que arquitetara o golpe de Estado. O novo governo, comandado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, dera início a “uma operação limpeza” que atingiu principalmente políticos ligados ao ex-presidente João Goulart e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que abrigava em seus quadros políticos de tendência reformista e nacionalista.

A primeira leva de cassações atingiu 50 parlamentares, entre eles Leonel Brizola, além dos governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, Seixas Dória, de Sergipe. No final daquele ano, também o governador de Goiás, Mauro Borges, seria atingido pela cassação. Dentro das Forças Armadas, um expressivo número de militares também não foi poupado. Muitos foram processados e transferidos compulsoriamente para a reserva. Calcula-se que esse primeiro expurgo atingiu 1.228 militares de várias patentes. No Poder Judiciário, 49 juízes foram aposentados.

Mas o movimento sindical e as Ligas Camponesas constituíram o principal alvo dos novos governantes. Quatrocentos e cinqüenta e dois

sindicatos, quarenta e três federações e seis confederações sindicais sofreram intervenção e os principais líderes sindicais do pré-1964, foram presos e processados.

Tudo isso anunciava que os novos governantes não acatavam críticas e não aceitavam conviver com qualquer tipo de oposição. Dessa forma, o desconforto governamental sempre se manifestava, através de medidas preventivas e repressivas a cada vez que alguma manifestação que o contradizia tornava-se pública.

Em 1968, ano dos ventos libertários e da sede de engajamento, os governantes instalados no poder tiveram que enfrentar um caudal de forte e variadas pressões oposicionistas. A essas pressões respondeu com duro rigor coercitivo.

O ano começou marcado pelo desejo de democratização. No campo da política tradicional/institucional, foi fundada a Frente Única que reuniu três políticos. Um deles era Carlos Lacerda, ex-governador do Estado da Guanabara, que apoiara o golpe de 1964 e, em seguida, migrara para a oposição. Os dois outros eram João Goulart e Juscelino Kubitschek, ex-presidentes da república, que desde o primeiro momento de vigência do regime autoritário foram por ele perseguidos.

Antigos desafetos políticos, paradoxalmente, aliaram-se para combater a ditadura. Lacerda que havia participado, com convicção e liderança, das articulações que redundaram no golpe de 1964, acabou engolido pelo regime autoritário que ajudara a criar. Cassado, viu-se obrigado a sepultar seus planos de concorrer à Presidência da República. Em resposta à punição que lhe foi imposta, rompeu com os velhos aliados e participou da fundação da Frente Única, cuja existência seria logo depois proibida pelo regime.

Apesar do esforço governamental para expurgar o movimento operário e sindical do cotidiano da política nacional, o Brasil não ficou indiferente ao que se passava no mundo. Em 1968, como que respondendo ao eco das grandes manifestações populares ocorridas em outros países, duas cidades Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo, apesar da forte repressão aos trabalhadores, tornaram-se palco de greves operárias importantes:

Tais acontecimentos demonstraram que nem os expurgos e punições e nem a política de renovação, que o governo adotou para com a classe operária visando “sanear” o sindicalismo brasileiro, alcançaram os resultados esperados. Diante das exemplares greves de Contagem e Osasco o governo federal entendeu que urgia agir com mais contundência.

Também na leva crescente de manifestações de protesto contra o regime, aconteceram inúmeros e significativos comícios, passeatas e greves. O movimento estudantil, que desde 1964 também vinha resistindo ao fechamento do regime, protestava contra:

- a reforma universitária promovida por um acordo entre o Ministério da Educação e a United Agency for International Development (USAID);
- o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- o número restrito de vagas nas universidades públicas.

Em março de 1968, em meio a toda essa efervescência política, um acontecimento grave radicalizou ainda mais as relações entre o governo e seus opositores. Um grupo de jovens se reuniu para protestar contra a má qualidade da comida servida no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, freqüentado principalmente por estudantes carentes, quando apareceu a polícia reprimindo a manifestação a tiros de metralhadora. O secundarista Edson Luís, atingido por uma bala, teve morte instantânea.

O trágico episódio deflagrou manifestações de rua que adquiriram dimensões espetaculares. O enterro do estudante se transformou em veemente ato político. Uma multidão, formada principalmente por jovens revoltados e chocados, acompanhou o féretro do colega estudante, até o Cemitério São João Batista, onde mais de cinquenta mil pessoas ouviram o juramento prestado por milhares de jovens: “neste luto a luta começou”.

Sete dias depois, realizou-se uma missa, na Igreja da Candelária, em memória do estudante. À saída do culto, que reuniu cerca de 30 mil pessoas, os presentes se surpreenderam com as investidas de 140 cavalarianos da polícia militar, armados de espadas e bombas de gás lacrimogêneo. Por pouco não aconteceu um grande massacre, evitado pela pronta intervenção dos padres que celebraram a missa.

Os clérigos deixaram a igreja protegendo estudantes e populares, na tentativa de preservá-los do ímpeto da polícia. A Igreja Católica, até então cautelosa frente à atuação do governo autoritário, manifestou seu descontentamento pela violência cometida contra clérigos e fiéis desarmados.

Todavia, clímax do movimento popular oposicionista aconteceu no mês de junho, quando da famosa passeata dos 100 mil, no centro do Rio de Janeiro. A manifestação, que teve grande impacto na opinião pública, agregou estudantes, músicos, artistas, políticos do MDB e segmentos progressistas do clero. As vozes de muitas ruas, nas quais ecoou o brado daqueles cem mil

brasileiros, integrou muitas cidades do Brasil ao clamor contestador de outras cidades do mundo.

Em setembro, o clima de protesto chegou à Brasília. Às manifestações de estudantes universitários, o governo federal respondeu, invadindo a UnB e detendo expressivo número de jovens.

Também no Congresso Nacional, da tribuna da Câmara dos Deputados, políticos do MDB, eleitos em 1966, faziam freqüentes denúncias contra o arbítrio governamental. Um desses parlamentares, Márcio Moreira Alves denunciou, em contundente pronunciamento, a prática de torturas contra presos políticos. Também convocou o povo brasileiro a se vestir de luto nas comemorações da Independência, no dia 7 de setembro, e sugeriu às jovens brasileiras, que não namorassem militares comprometidos com os arbítrios cometidas pelo governo federal.

Ofensa intolerável. Foi assim que o alto escalão das forças armadas qualificou o discurso de Alves. Como resposta à manifestação do jovem parlamentar, o governo solicitou à Câmara Federal a suspensão provisória do instituto da imunidade parlamentar, para poder processar Márcio Moreira Alves. Em tumultuada sessão, acompanhada por mais de mil pessoas que lotaram as galerias daquela casa legislativa, os parlamentares, embora a maioria fosse governista, não acataram o pleito do Poder Executivo. A crise política estava instalada.

Em outubro, quando o clima estava ainda muito tenso, estudantes universitários de todo o Brasil tentaram se reunir em congresso, na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo. O objetivo dos participantes era reestruturar a UNE, que tinha sido declarada ilegal, em 1964. Contudo, a iniciativa resultou em desastre político. Todos os participantes do evento foram detidos e as principais lideranças estudantis presas e processadas.

O epílogo do ano de 1968 não correspondeu ao impulso por maior liberdade que o caracterizara. Isso, porque o governo federal, - que no decorrer do ano já vinha se definindo por um aprofundamento autoritário, como forma de cercear as crescentes manifestações da oposição, - não deixou que 1968 terminasse sem o peso de duas mãos de aço.

No dia 13 de dezembro, editou o AI5, que aumentou de forma desmedida sua força coercitiva e levou à cassação institucional das utopias libertárias, que alimentaram o imaginário e os ideais de jovens, artistas, operários, clérigos e políticos. O arbítrio, na sua forma mais extrema, passaria

- a partir de então e não por menos de dez anos - a reger o cotidiano da vida política no Brasil.

O AI5: DOMÍNIO DO MEDO

O Ato Institucional de número 5 não previa prazo para sua vigência. Seu conteúdo era extremamente duro, autoritário, discricionário. Provocou, por exemplo, a institucionalização informal da tortura a presos políticos, ao suspender o direito a *habeas corpus* para os detidos por suspeita de atentassem contra a ordem pública.

Em sua abrangência arbitrária de atribuições, fez do Poder Executivo instância inquestionável e hiper-poderosa. Entre as muitas prerrogativas que lhe atribuía, destacaram-se o poder de fechar o Congresso Nacional, de suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro, de demitir, pôr em disponibilidade, transferir e aposentar servidores públicos civis, militares e do Poder Judiciário.

Por um golpe de caneta, os brasileiros perderam de roldão todos os direitos políticos que, a duras penas, ainda sobreviviam. Milhares de jovens estudantes, sem ter condições de participar da vida política nacional pelas vias institucionais e legais, rumaram para a clandestinidade e para a luta armada. Outros rumaram para o movimento hippie, que representava um abraço aos ideais de paz e amor, sem qualquer compromisso com a política.

A censura recrudesceu, atingindo jornais, emissoras de rádio e TV, livros e manifestações artísticas. Toda liberdade de expressão foi cerceada de forma dura, contundente e eficaz pelos agentes da ditadura.

O desdobramento mais grave do AI-5, no entanto, foi o caminho aberto para a atuação absolutamente descontrolada do aparato repressivo. Em nome da segurança nacional, prisões eram feitas sem qualquer acusação formal ou mandado judicial. Com a suspensão do *habeas corpus*, como já pontuado, os presos políticos ficaram à mercê de seus carcereiros, que se viam livres para interrogá-los sob coação, medo e tortura. Muitos brasileiros, presos a partir de então, foram dados por desaparecidos ou ficaram marcados, de forma permanente, por seqüelas físicas e psicológicas.

Um céu de chumbo desabou sobre o Brasil, ferindo de morte os sonhos de liberdade e democracia, cassando utopias, tornando o futuro nebuloso.

Na contramão dos clamores históricos do ano de 1968, o campo da política transformou-se em cenário de medo. Medo que atingiu as artes, as manifestações culturais, as militâncias religiosas, as universidades, a imprensa, o parlamento e o movimento operário.

Restou a necessidade de sofrida resistência. As utopias foram cassadas, mas não apagadas.

A vigência do AI-5 estendeu-se até 1979. Nesse ano o último general-presidente, João Batista Figueiredo, sem força para resistir à oposição ao regime militar, que se reinventava a cada ano, extinguiu o AI5 e decretou anistia política.

Foram precisos dez anos de espera, após o engajado ano de 1968, para que a nação brasileira voltasse a respirar uma leve brisa de liberdade. No decorrer da década de 1980 a brisa se transmudou em vento transformador. Mas essa história, que é outra, sem sê-la, não cabe nas dimensões deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2005.

ARONSON, Ronald. Camus e Sartre. *O polêmico fim de uma amizade no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da Rebeldia*. A juventude em questão. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol 4.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*. O movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1998.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol 4.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). *1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GROPPO, Luís Antônio. *Uma onda mundial de revoltas*. Movimentos estudantis de 1968. São Paulo/Piracicaba: FAPESP/Editora UNIMEP, 2002.

KURLANSKY, Mark. *1968*. O ano que abalou o mundo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

MARTINS, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas/São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

_____. *A rebelião estudantil*. México, França, Brasil. 1968. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

POENER, Artur José. *O poder jovem*. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Artistas de revolução do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REZENDE, Maria José. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Editora UEL, 2006.

RESUMO: Análise sobre as mobilizações que marcaram o ano de 1968, em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil. Os conceitos que orientam o artigo são: engajamento, transgressão e liberdade.

ABSTRACT: This paper analyses the political and social movements that occurred around the world, including Brazil, in the late 1968. Its keystone are the concepts of engagement, transgression and freedom.